FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 12 3941 4262
Fax: + 55 12 3941 4255
www.bdobrazilrcs.com.br
Av. São João, 2375
Jardim Colinas, São José dos Campos
SP – Brasil | CEP: 12242-000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Fundação Valeparaibana de Ensino
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos, (ITG 2002), Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei n° 12.868 de 15 de outubro de 2013.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por nós, cujo parecer datado de 23 de abril de 2020, não continha modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos (ITG 2002), Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei n° 12.868 de 15 de outubro de 2013 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 22 de abril de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	894	648
Caixa restrito	3	660	497
Títulos e valores mobiliários	4	15.925	18.230
Contas a receber de alunos	5	11.881	8.729
Outras contas a receber	5.1	7.897	6.105
Estoques		76	38
Ativos classificados como mantidos p/ venda	6	4.173	4.173
Total ativo circulante		41.506	38.420
Não circulante			
Caixa restrito	3	132	130
Contas a receber de alunos	5	7.464	4.071
Propriedades para investimentos	7	10.928	11.030
Ativo imobilizado	8	159.798	161.918
Total do ativo não circulante		178.322	177.149
Total do ativo		219.828	215.569

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		2.551	1.135
Empréstimos e financiamentos	9	603	1.322
Salários e contribuições sociais	10	7.008	7.556
Recursos destinados à inovação tecnológica	11	813	713
Matrículas recebidas antecipadamente	5	2.294	1.942
Receita a apropriar		150	150
Processos judiciais trabalhistas à pagar		195	76
Outras contas a pagar		959	872
Total passivo circulante		14.573	13.766
Não circulante			
Emprestimos e financiamentos	9	4.721	250
Subvenção	12	8.208	8.670
Provisão para riscos processuais	13	188	639
Outras contas a pagar		1.017	1.263
Receita a apropriar		225	375
Total do passivo não circulante		14.359	11.197
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		102.061	98.317
Reserva de reavaliação		88.143	88.547
Superávit acumulado		692	3.742
		190.896	190.606
Total do passivo e patrimônio líquido		219.828	215.569

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	15	77.013	74.998
Custo dos serviços prestados	16	(61.793)	(56.957)
Resultado bruto		15.220	18.041
Receitas/(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	17	(14.380)	(15.045)
(Perda) / reversão em créditos de liquidação duvidosa	17	(1.072)	(6.110)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	17	(3.321)	(3.259)
Outras receitas	18	11.928	17.913
Outras despesas	17	(10.341)	(12.414)
Déficit antes do resultado financeiro		(1.966)	(874)
Resultado financeiro líquido	19	2.254	4.212
Superávit líquido do exercício		288	3.338

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Superávit líquido do exercício	288	3.338
Outros resultados abrangentes	404	404
Resultado abrangente do período	692	3.742

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	(Déficit)/superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	99.990	88.951	(1.673)	187.268
Destinação do déficit do ano anterior ao patrimônio social	(1.673)	-	1.673	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(404)	404	-
Superávit do exercício	-	-	3.338	3.338
Saldos em 31 de dezembro de 2019	98.317	88.547	3.742	190.606
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	3.742	-	(3.742)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(404)	404	-
Ajuste exercicio anterior	2	-	-	2
Superávit do exercício	-	-	288	288
Saldos em 31 de dezembro de 2020	102.061	88.143	692	190.896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit líquido do exercício		288	3.338
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação de bens do ativo e propriedades para investimento		3.321	3.258
Perda / (Reversão) em créditos de liquidação duvidosa	5	1.072	6.110
Perda na alienação do imobilizado	8	7	10
Provisão para contingências		18	124
Ajuste a valor presente das contas a receber de alunos		105	46
Juros sobre empréstimos e financiamentos		224	165
Rendimento de aplicação financeira		(267)	(1.238)
		4.768	11.813
Aumento líquido/(redução) das contas de ativo			
Contas a receber de alunos		(7.722)	(7.563)
Outras contas a receber		(1.793)	(5.096)
Estoques		(38)	4
Depósitos judiciais		-	(300)
Aumento líquido/(redução) das contas de passivo			
Fornecedores		1.416	81
Salários e contribuições sociais		(548)	581
Recursos destinados à inovação tecnológica		100	(129)
Matrículas recebidas antecipadamente		352	332
Receita a apropriar		(150)	(150)
Processos judiciais trabalhistas à pagar		119	(1.342)
Outras contas a pagar		(159)	(574)
Subvenção		(462)	407
Provisão para contingências		(466)	(48)
Caixa líquido das atividades operacionais		(4.583)	(1.984)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Compras do imobilizado	8	(1.106)	(3.506)
Aplicação de numerários restritos		(165)	266
Resgate de títulos e valores mobiliários		2.572	4.668
Caixa líquido das atividades de investimentos		1.301	1.428
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos		5.000	1.000
Pagamento de empréstimos		(1.472)	(1.504)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		3.528	(504)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		246	(1.060)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	648	1.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	894	648
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		246	(1.060)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Federal (Portaria nº 1.090/2000), Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67); com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções fiscais.

A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2012 a 26 de maio de 2017, nos termos da publicação no Diário Oficial da União, de 14 de setembro de 2017, do Extrato do Ajuste assinado em 30 de agosto de 2017, junto à SERES/MEC, na forma do artigo 31 da Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017 (DOU de 14 de agosto de 2017); e requereu, tempestivamente, a renovação do seu CEBAS para o período subsequente, por meio do Processo nº 23.000.054140/2016-79, de 22 de dezembro de 2016, para o período de 27 de maio de 2017 a 26 de maio de 2020, o qual foi indeferido por meio da Portaria nº 510, de 31 de outubro de 2019 (DOU de 1º/11/2019), tendo sido apresentado Recurso ao indeferimento, com fulcro nos arts. 26 a 28, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c art. 14, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que se encontra "em análise" pela SERES/MEC, contudo, não obstante à apresentação do recurso, a imunidade da Fundação possui lastro na tese consignada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no precedente de Repercussão Geral 566622/RS (Tema 32), vez que o indeferimento combatido no recurso se deu apenas em função da forma de atuação assistencial da Fundação. Por fim, a Fundação apresentou, ainda, pedido de renovação em 26/09/2019, conforme Processo n° 23.000.026889/2019-79, para o próximo período de certificação, de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, o qual também se encontra "em análise" pela SERES/MEC.

Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal para parecer para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo - Curadoria de Fundações.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 22 de abril de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013.

2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3. Demonstrações dos Fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – Fluxos de caixa.

2.1.4. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito

Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos “pro rata temporis”, são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating.

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra ou venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O benefício de pagamento futuro representa financiamentos de parcelas de anuidades escolares e é concedido mediante instrumento jurídico próprio a alunos que comprovem sua parcial incapacidade financeira para pagamento em parcelas mensais, após o período de carência e, de modo geral, após a formação acadêmica. O pagamento das bolsas de estudo concedidas é feito a valores corrigidos, de acordo com o índice de reajuste da anuidade do curso em que o benefício foi concedido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação registrou ajustes a valor presente em sua carteira de benefício de pagamento futuro nas parcelas vincendas.

2.7. Estoques

Compreendem substancialmente itens de almoxarifado e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

2.8. Propriedades para investimento

Registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada foram reclassificados da rubrica imobilizados, conforme estratégia de investimento da Fundação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, avaliados em laudo técnico. A Fundação revisa o valor contábil de seus bens para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no passivo não circulante.

2.10. Ativo imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou ao custo reavaliado. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações onde estão localizados os campis da Fundação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em " Outras receitas / Outras despesas" no superávit (déficit) do exercício.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos.

A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, moveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2004. O ajuste de reavaliação à época, de R$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Fundação revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o valor recuperável individual de um ativo, a Fundação calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no superávit (déficit) do exercício.

2.12. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Matrículas recebidas antecipadamente

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno referente às matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com o termo do contrato.

2.14. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no superávit (déficit) do exercício durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação.

A provisão para riscos trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.16. Patrimônio líquido

O patrimônio social é formado pelo superávit ou déficit acumulados, acrescido da parcela remanescente da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e acervo social originado de outros bens recebidos em doações.

2.17. Subvenção Governamental

A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como “Recursos destinados à inovação tecnológica” para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante, a qual será reconhecido no resultado junto com as despesas de depreciação e ou amortização do ativo imobilizado e ou intangível, para o qual o subsídio foi concedido.

2.18. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços. A Fundação reconhece a receita quando: (i) seu valor puder ser mensurado com segurança, (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação: e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades, conforme descrição a seguir. A Fundação baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o perfil dos alunos, tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2.20. Receitas de prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos concedidos.

As receitas de prestação de serviços educacionais da Educação Superior e Educação Básica são fixadas nos termos da Lei nº 9.870/99-Decreto nº 3.274/99, e são reconhecidas mensalmente, quando tais serviços são prestados.

2.21. Outras receitas

Correspondem substancialmente a receitas de cessão de espaço físico da Fundação a taxas apropriadas ao superávit (déficit) do exercício à medida que são auferidas, bem como receita de convênios destinados à pesquisa científica e à inovação tecnológica mantida com entidades financiadores de pesquisas e apropriadas ao superávit (déficit) do exercício em que os serviços são prestados.

2.22. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber por mensalidades em atrasos e renegociadas. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Fundação reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado de acordo com a taxa contratual, descontado à taxa livre de risco de mercado.

2.23. Ações assistenciais na área de Educação

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social, inseridos nas ações e medidas assistenciais na área da Educação, conforme o Plano de Atendimento 2020/2023 (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo a Fundo Perdido e que se encontra detalhado na nota explicativa nº 20), são registrados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício, quando incorridos.

2.24. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Entidade que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	44	72
Conta corrente	335	125
Certificados de depósitos bancários	515	451
Caixa e equivalentes de caixa	894	648
Caixa restrito ativo circulante	660	497
Caixa restrito ativo não circulante	132	130
Total do caixa restrito	792	627

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada no valor de R$ 894 em 2020 (R$ 648 em 2019), corresponde as disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse Indexador; representa os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação.

A composição desses numerários restritos é assim demonstrada:

	2020	2019
Numerários em conta corrente	25	24
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	128	-
Títulos e valores mobiliários – Fundos de Investimentos	639	603
	792	627
Circulante	660	497
Não circulante	132	130

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

	2020	2019
Disponibilidades	1.047	672
Caixa e equivalente de caixa – caixa restrito	(153)	(24)
Caixa e equivalente de caixa – balanço patrimonial	894	648

4. Títulos e valores mobiliários

A Rubrica "Títulos e valores mobiliários" registrada no valor de R$ 15.925 em 2020 (R$18.230 em 2019), corresponde as aplicações em fundos de investimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating. A taxa média de rendimentos dos títulos e valores mobiliários no exercício de 2020 foi de aproximadamente 4,06 % (aproximadamente 5,95% em 2019).

5. Contas a receber de alunos

	2020	2019
D Anuidades a receber	12.975	10.752
Acordos anuidades a receber	16.231	13.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.868)	(11.579)
Total líquido	19.338	12.754
Benefício de pagamento futuro	65	199
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	(153)
Total líquido	7	46
Total	19.345	12.800
Circulante	11.881	8.729
Não circulante	7.464	4.071

A Administração mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Instituição, oferecem meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido.

A composição das contas a receber de alunos por idade de vencimento é a seguinte:

	2020	2019
A vencer:		
Até 90 dias	3.815	2.373
De 91 a 365 dias	3.742	2.936
De 366 a 730 dias	3.997	2.362
De 731 a 1.095 dias	2.935	1.877
Acima de 1096 dias	1.985	1.724
Total	16.474	11.272
Até 30 dias	2.546	2.681
De 31 a 60 dias	947	1.052
De 61 a 90 dias	935	1.027
De 91 a 120 dias	921	1.146
De 121 a 150 dias	578	622
Acima de 150 dias	6.870	6.732
Total	12.797	13.260
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.926)	(11.732)
Total	19.345	12.800

A Rubrica "Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa" foi constituída por parcelas vencidas acima de 90 dias, cujos valores provisionados seguem o critério da Lei n° 12.868/13 e Decreto nº 8.242/2014 em que, para fins de certificação de Entidade Beneficente, se considera no cálculo alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, com exceção das mensalidades em cobrança jurídica com probabilidade de recebimento subsequente provável, de acordo com o histórico de anos anteriores.

A Instituição adotou como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de 2 (dois) anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

Para alunos que participam ou participaram do programa FIES, a Fundação constitui provisão para cobrir possíveis riscos de inadimplência dos participantes com o programa para a parte não coberta pelo fundo FGEDUC. O montante provisionado no passivo não circulante em 2020 é de R$ 1.015 (R$1.215 em 2019).

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante pode ser utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2020 referem-se às parcelas dos alunos rematriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente pelas mensalidades em dezembro, com recebimento previsto para os meses de janeiro a março de 2021.

A movimentação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldos iniciais	11.732	9.165
Adição	1.072	6.110
Baixas de valores incobráveis	(2.878)	(3.543)
Saldos finais	9.926	11.732

A constituição e a baixa da provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são registradas no superávit / (déficit) do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Esses valores são calculados levando em conta sua distribuição por período de vencimento e o histórico de realização do recebimento face ao esforço despendido nas diversas ações de cobrança junto aos inadimplentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação recebeu antecipadamente o montante de R$ 2.294 (R$ 1.942 em 31 de dezembro de 2019), referente a matrículas.

5.1. Outras contas a receber

Descrição	2020	2019
Pis 1º s/folha pagto Proc.5000465-64.2016.4.03.6103	5.338	5.194
Outras contas a receber	2.559	911
Adição	7.897	6.105

A FVE ajuizou ação em face da União Federal em 04 de novembro de 2016 objetivando a declaração de inexistência de obrigação tributária, com a suspensão de exigibilidade da contribuição para o PIS sobre a folha de salários, por gozar de imunidade tributária e ser entidade regularmente certificada como entidade beneficente de assistência social na área da educação, na forma legal, tendo requerido a restituição dos valores pagos nos últimos cinco anos. Em sentença proferida nos autos do referido processo, em 21 de setembro de 2018, foi julgada procedente a ação, restando declarada a inexistência de relação jurídica tributária que obrigue a parte autora ao recolhimento do PIS sobre a folha de salários, bem como foi determinada a restituição, pelo Fisco, dos valores pagos indevidamente, a partir de 04 de novembro de 2016, corrigidos pela taxa SELIC. Em face dos dispositivos legais aplicáveis, o Juiz determinou o "reexame necessário" da sentença, que foi confirmada pelo E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo Acórdão ID 106107603, assinado em 11 de novembro de 2019, com trânsito em julgado certificado em 10 de dezembro de 2019. A Fundação requereu ao Juízo o Cumprimento da Sentença, em face da Fazenda Nacional/União Federal, em 13 de maio de 2020. Os autos do processo aguardam despacho, desde 30 de junho de 2020. O valor corrigido até 31 de dezembro de 2020, é de R$ 5.338. Aguarda-se, assim, o trâmite processual.

6. Ativos classificados como mantidos para venda

Descrição	2020	2019
Terrenos	299	299
Edificações	3.874	3.874
Total	4.173	4.173

A rubrica “Ativos classificados como mantidos para venda” no valor de R$ 4.173 em 2020 refere-se ao imóvel de propriedade da Fundação localizado na cidade de Caçapava, disponibilizado para venda e com negociação em andamento.

7. Propriedades para investimentos

Descrição	2020	2019
Terrenos	6.974	
Edificações	6.015	
(-) Depreciação edificações	(2.061)	(1.959)
Total	10.928	11.030

A Rubrica “Propriedades para investimentos” no valor de R$ 10.928 em 2020 (R$ 11.030 em 2019) refere-se ao imóvel de propriedade da Fundação localizado na cidade de Campos do Jordão e está atualmente alugado.

A propriedade para investimento é divulgada pelo método do custo e depreciada a uma taxa de 2% ao ano.

8. Imobilizado

a) Composição

	Média da vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2020	Líquido 2019
Terrenos		58.927	-	58.927	58.927
Edificações e benfeitorias	90	130.077	(45.424)	84.653	84.653
Equipamentos e instalações	15	28.913	(22.757)	6.156	6.743
Informática	8	9.884	(8.495)	1.389	1.617
Biblioteca	10	3.574	(3.032)	542	554
Veículos	8	2.746	(2.492)	254	481
Móveis e utensílios	16	13.283	(10.906)	2.377	2445
Obras em andamento		5.500	-	5.500	6.588
		252.904	(93.106)	159.798	161.918

b) Movimentação

	2019	Adições	Baixas	Depreci-ação	Transfe-rência	2020
Terrenos	58.927	-	-	-	-	58.927
Edificações e benfeitorias	84.563	3	-	(1.182)	1.269	84.653
Equipamentos e instalações	6.743	186	-	(773)	-	6.156
Informática	1.617	354	-	(582)	-	1.389
Biblioteca	554	119	-	(131)	-	542
Veículos	481	14	(7)	(234)	-	254
Móveis e utensílios	6.588	181	-	(1.269)	-	5.500
	161.918	1.106	(7)	(3.219)	-	159.798

No exercício de 2020 a depreciação dos bens reavaliados foi de R$ 404 (R$ 404 em 2019), em consequência, o mesmo montante foi transferido da reserva de reavaliação para superávit acumulado.

Máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Fundação é a arrendatária em operação de arrendamento financeiro:

Descrição	2020	2019
Custo – arrendamentos financeiros capitalizados	2.422	2.422
Depreciação acumulada	(2.353)	(2.167)
Saldo contábil, líquido	69	255

9. Empréstimos e financiamentos

Taxa média de juros e Comissões - % ao ano	2020	2019
Cédula de crédito bancário 100% do CDI + 5,95%	5.32	1.572
Circulante	603	1.322
Não circulante	4.721	250
Total	5.324	1.572

A Cédula de crédito bancário tem como garantia a aplicação financeira restrita no Banco e os recebíveis. Os contratos acimas não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) financeiras.

As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Anos	Valor (R$)
2021	603
2022	1.210
2023	1.267
2024	1.326
2025	918
	5.324

10. Salários e contribuições sociais

	2020	2019
Salários	2.212	2.302
Provisão de férias	2.370	2.721
FGTS sobre folha de pagamento	509	525
INSS sobre folha de pagamento	334	316
IRRF sobre folha de pagamento	1.404	1.453
Consignação	136	155
Pensão alimentícia	14	14
Bolsa auxílio estagiários	4	43
Outros encargos	25	27
Total	7.008	7.556

11. Recursos destinados à inovação tecnológica

Descrição	2020	2019
Petrobrás (i)	491	378
Outros projetos (ii)	322	335
Total	813	713

Correspondem, substancialmente, aos convênios realizados entre:

(i) Petrobras Sigitec II e a Fundação, para desenvolver o projeto P&D intitulado " Novas rotas de preparo de catalisadores para hidrotratamento de diesel ", assinado em 28.05.2019, vigência de 1095 dias, até 25.05.2022;

(ii) Finep e a Fundação "INFRA –PROINFRA", projeto intitulado "REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ANALITICA MULTIUSUARIO DA POS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UNIVAP" assinado em 16.05.2018. Vigência de 36 meses a partir da data da assinatura; até 16.05.2021.

Em julho de 2003, a Fundação foi contratada pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS para desenvolvimento, projeto, implantação e certificação dos seguintes itens: sistema de guiagem magnética do Sistema VLP - veículo leve sobre pneus e 15 protótipos, sistema inteligente de gestão de terminais e paradas, sistema de monitoramento automático da frota e suporte tecnológico à operação dos sistemas anteriormente descritos pelo prazo de doze meses após a entrega de cada sistema, no valor inicial de R$19.206.

A viabilização dos projetos é efetuada pela transferência dos recursos à Fundação, objetivando a execução dos projetos e/ou planos de trabalho aprovados pelos referidos órgãos, sendo o depósito efetuado em conta bancária específica de titularidade da Fundação. Os recursos recebidos relacionados a esses convênios são registrados no passivo circulante para fazer face aos gastos incorridos, que são registrados em contrapartida dessa conta quando incorridos, mediante a apresentação de relatórios às entidades provedoras dos recursos.

Eventual sobra de recursos é devolvida às entidades provedoras. Ao final dos projetos, quando aplicável, os itens de imobilizado adquiridos ou construídos durante sua execução são doados à Fundação. A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante.

12. Subvenções

As verbas de subvenções recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na "Seção 24 do CPC PME (R1) (Subvenção Governamental) ". O valor da depreciação não realizada em 2020 corresponde saldo de Subvenções diferidas no valor de R$ 8.208 (em 2019 R$ 8.670), conforme quadro a seguir:

Descrição	2020	2019
FINEP – Expansão Parque Tecnológico	3.552	3.565
FINEP – Infraestrutura de Pesquisa para Latu e Stricto Sensu	3.027	3.373
Outros – Engep/Tamoios	1.629	1.732
Total	8.208	8.670

13. Provisão para riscos processuais

Todos os processos em que a Fundação está envolvida são amparados por depósitos judiciais, quando exigíveis. As provisões para perdas prováveis com processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos.

A Fundação apresenta passivos relacionados com riscos trabalhistas, sendo a movimentação de provisão demonstrada a seguir:

Descrição	2019	Adições	Pagamento	Reversão	2020
Provisão	1.047	130	(505)	(112)	560
Depósitos Judiciais	(408)	(2)	38	-	(372)
	639	128	(467)	(112)	188

(a) Perdas possíveis

Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2020	2019
Tributárias	4.165	4.165
Trabalhistas	2.145	2.479
Total	6.310	6.644

14. Patrimônio líquido

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica “Patrimônio social” e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.

O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado.

Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

15. Receita líquida de serviços prestados

Descrição	2020	2019
Anuidades de educação		
Ensino superior	82.650	79.789
Ensino básico	28.729	24.167
Bolsa de estudo Prouni	(13.148)	(11.936)
Bolsa de estudo institucional superior	(3.099)	(3.536)
Bolsa de estudo institucional básico	(6.668)	(5.411)
Descontos concedidos superior	(6.874)	(4.482)
Descontos concedidos básico	(3.199)	(2.196)
Descontos convênios	(1.170)	(1.275)
Cancelamentos superior	(177)	(99)
Cancelamentos básico	(31)	(23)
Total	77.013	74.998

16. Custos de serviços prestados

Descrição	2020	2019
Salários	(47.280)	(44.733)
Encargos	(5.199)	(3.834)
Benefícios	(9.314)	(8.390)
Total	(61.793)	(56.957)

O aumento da Rubrica Salário justifica-se pelo dissidio do Ensino Básico anual que ficou em torno 5,04% mais o aumento em seu quadro de funcionários devido ao acréscimo de Turmas nos Colégios de um ano para outro, no Ensino Superior a maior variação refere-se ao valor despendido em rescisões, aproximadamente no valor de 2 milhões.

17. Despesas comerciais, gerais e administrativas

Descrição	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(14.380)	(15.045)
Serviços de terceiros	(2.077)	(2.555)
Comercial publicidade e propaganda	(694)	(794)
Material didático	(928)	(473)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.311)	(2.114)
Manutenção e conservação	(872)	(1.494)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.240)	(3.156)
Contribuições e associações	(470)	(510)
Aluguéis de equipamentos	(317)	(407)
Provisão trabalhista	(18)	(124)
Material de uso e consumo	(414)	(788)
Depreciação e amortização	(3.321)	(3.259)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.072)	(6.110)
Total	(29.114)	(36.829)

18. Outras receitas operacionais

Descrição	2020	2019
Prestação de serviços	633	1.451
Pis 1% s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.3.6103	144	5.194
Taxa de material e administrativa	3.297	2.542
Contribuições fundo de pesquisa	4.222	4.878
Ressarcimento de despesas	2.666	2.714
Doações e contribuições	316	432
Outras receitas	650	702
Total	11.928	17.913

19. Resultado financeiro

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	267	1.238
Juros e multas de anuidades em atraso	2.585	3.558
Atualização monetária	91	46
	2.943	4.842
Despesas financeiras		
Juros e multas	(210)	(165)
Descontos concedidos	(74)	(98)
Outras despesas financeiras	(405)	(367)
	(689)	(630
Resultado financeiro líquido	2.254	4.212

20. Gratuidades: ações e medidas assistenciais na área de educação

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2020 e 2019 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:

Descrição	2020	2019
Educação Superior COM PROUNI		
Total de alunos matriculados (a)	4.197	4.449
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	138	144
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005-PROUNI)	479	462
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009) (b)	617	606
Outras bolsas integrais (c)	186	172
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação especifica regulares (d)	423	528
Alunos inadimplentes (e)	61	59
Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d) – (e)	2.910	3.084
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	79	106
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	396	343
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	475(/2=237)	449(/2=224)
Outras bolsas parciais	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13, 13-A e 13-B da Lei 12.101/2009	Art. 13-A	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação sup. sem PROUNI – 1/4)	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-
Educação Básica		
Total de alunos matriculados (a)	2.312	2.017
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	243	166
Alunos com bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	197 (x1.4=276)	167 (x1.4=234)
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009) (b)	440(519)	333(400)
Outras bolsas integrais (c)	181	172
Alunos inadimplentes (e)	140	97
Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d) – (e)	1.551	1.415
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	186	196
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	186(/2=93)	196(/2=98)
Outras bolsas parciais	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	10	5
Verificação do atendimento aos artigos 13, 13-A e 13-B da Lei 12.101/2009	Art. 13-A	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação sup. sem PROUNI – 1/4)	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-

Demonstração das aplicações

(a) Receita

Descrição	2020	2019
Anuidades		
Anuidades (educação superior e educação básica)	77.013	74.998
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.072)	(6.110)
	75.941	68.888
Aplicação em gratuidades: bolsas de estudo	22.915	20.883
Aplicação em gratuidades: ações assistenciais	127	62
	23.042	20.945

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros)

Descrição	2020	2019
Receitas		
Anuidades (Educação superior e educação básica)	77.013	74.998
Outras receitas	11.928	17.913
Receitas financeiras, líquidas	2.254	4.212
	91.195	97.123

(c) Demonstrativo da isenção das contribuições sociais

Descrição	2020	2019
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	58.535	56.669
Quota patronal – 20%	11.707	11.334
RAT - 1%	585	567
Terceiros – 4,5%	2.634	2.550
Contribuinte individual	135	157
Contribuições sociais usufruídas	15.061	14.608

(d) PROUNI e FIES

A Fundação, em observância à Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

21. Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 67 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais superior	66.403	64.317
Receitas de mensalidades com gratuidades – Bolsas	16.247	15.472
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni – Integrais 100%	(9.484)	(8.667)
Bolsas de estudos Prouni – Parciais 50%	(3.664)	(3.269)
Bolsas de estudos Institucionais – Integrais 100%	(2.435)	(2.589)
Bolsas de estudos Institucionais – Parciais 50%	(664)	(947)
Outras bolsas de estudo	(4.474)	(3.931)
Devoluções e cancelamentos	(175)	(98)
Descontos concedidos	(8.044)	(5.757)
(=) receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	53.710	54.531
Custos/Despesas com pessoal Docente	36.120	33.801
Percentual de adequação	67%	62%

Trabalho voluntário

A Instituição no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por Pessoas Físicas (pró-bono).

Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Instituição avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não demonstra os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários realizados e recebidos.

22. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Fundação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Complementarmente, a Fundação faz opção por produtos financeiros de perfil conservador de forma a evitar riscos de flutuações que possam pôr em risco seus Ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos em aberto. A Fundação avalia a qualidade do crédito das contas a receber, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores nos limites previstos na legislação.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Fundação que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Fundação investe o saldo de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nesse campo de operações, por princípio, a Fundação faz opção conservadora na escolha de produtos e agentes financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Fundação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa "Não Descontados contratados".

Descrição	Mais de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2020:		
Financiamentos (nota 9)	603	4.721
Fornecedores	2.551	-
Recursos destinados à Inovação Tecnológica	813	-
Matrículas recebidas antecipadamente	2.294	-
Em 31 de dezembro de 2019		
Financiamentos (nota 9)	1.322	250
Fornecedores	1.135	-
Recursos destinados à Inovação Tecnológica	713	-
Matrículas recebidas antecipadamente	1.942	-

23. Cobertura de seguros

A Fundação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram escopo de auditoria pelos nossos auditores independentes.

24. Impactos da Covid-19

A Fundação tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Em função da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, combinada com as alterações operacionais, a Entidade teve aumento de 14,6% no total de alunos do ensino básico e diminuição de 5,7% no total de alunos do ensino superior, que somados ao reajuste anual das mensalidades culminou em um aumento do faturamento. No exercício observou-se também aumento da inadimplência e dos acordos financeiros, trazendo impactos econômicos–financeiros à Entidade. A pandemia do COVID-19 restou por inviabilizar a cessão de vários espaços da FVE que nos exercícios anteriores geravam outras receitas que auxiliavam no custeio da atividade-fim. Ademais, a pandemia atrasou o ENEM do corrente ano letivo, o que acabará atrasando também o ingresso de alunos no próximo período letivo, o que pode vir a ser um fator negativo na somatória de situações já enfrentadas em decorrência da pandemia.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Fundação.